



CORPO TRANSGRESSOR FEMININO: um diálogo voltado ao fortalecimento da mulher usando teorias para limpar as sujeiras invisíveis deixadas pela violência doméstica

Autor(a): Rosemery Casoli

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Artes - PPGA

Universidade Federal do Espírito Santo- UFES

E-mail: rosemerycasoli@gmail.com

Orientador(a): Prof^a Dr^a Aissa Afonso Guimarães

Universidade Federal do Espírito Santo- UFES

E-mail: aissaguimas@yahoo.com.br

Resumo

Este resumo expandido é um estudo sobre o fortalecimento feminino, e parte da relevância e da necessidade em verbalizar sobre a violência doméstica cometida contra a mulher. Para justificar essa temática usamos dados estatísticos retirados do Atlas da Violência 2019, o qual traz uma relação informativa sobre os vários tipos de violências cometidas no Brasil, dentre elas, as violências praticadas contra mulheres. Os desafios das mulheres e suas lutas são contínuos, buscam ainda a estabilização dos opostos e a sua desvinculação da imagem objetificada. Essa busca tão atual tem como eco a busca de outras que sentiram na pele a necessidade de uma valorização em prol das mulheres. Por entender que resultados positivos neste enfrentamento, podem ser obtidos também, a partir das teorias que encontramos no nosso percurso de pesquisa para conceituar o nosso trabalho de mestrado, ousamos aqui, demarcar o lugar de fala de uma mulher que vivenciou as atrocidades da violência doméstica e que fez das teorias suas parceiras de enfrentamento na “limpeza das sujeiras invisíveis” deixadas pelas violências sofridas. Para conceituar esta proposta de estudo, dialogamos com autoras que explicitam em suas teorias, conceitos de transgressão às normas hegemônicas masculinas que legitimam, ainda hoje, a violência doméstica praticada contra a mulher.

Palavras-chave: Mulher. Violência doméstica. Enfrentamento.

Introdução

De acordo com o Atlas da Violência 2019, o número de homicídios de mulheres no Brasil durante a década analisada (2007-2017) teve um aumento expressivo. Fazendo uma relação dos dois últimos anos analisados, em 2017 foi registrado um aumento de 6,3% em relação ao ano de 2016.

A magnitude do fenômeno e de suas variações pode ser mais bem aferida em termos da taxa de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, o que permite maior comparabilidade temporal entre as diferentes unidades federativas. Entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando a mesma passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. (ATLAS, 2019, p.35)

Ao analisarmos os dados da violência praticada contra a mulher, explicitados pelo Atlas, nos deparamos com o percentual da violência doméstica, cujos dados estatísticos nos mostraram que houve um total de 28,5% de homicídios ocorridos dentro das residências. Segundo uma citação retirada do próprio Atlas, “muito provavelmente estes são casos de feminicídios íntimos, que decorrem de violência doméstica”. (ATLAS, 2019, p.40)

A violência doméstica naturalizada ainda está na grande maioria das casas, e, as vivências femininas ainda estão, em sua maioria, atreladas a esse cenário de violência. A imagem do feminino ainda está vinculada a condição histórica e social imposta para elas, ou seja, ainda vinculada ao homem como se este fosse o seu apêndice social.

Metodologia

Ainda existe um olhar colonizador sobre os corpos e as ações femininas, portanto, se faz necessário encontrar meios para refutar esse olhar. No contexto da violência doméstica praticada contra a mulher, esse olhar colonizador

impõem as regras e também as executa, deixando nos corpos e mentes das mulheres sobreviventes as suas sujeiras.

Dialogando com Simone de Beauvoir (1970), encontramos questões voltadas ao fortalecimento feminino a partir da vontade da própria mulher em se colocar como sujeito essencial. Para a autora, “se a mulher se enxerga como inessencial que nunca retorna ao essencial, é porque não opera, ela própria, esse retorno” (BEAUVOIR, 1970, p.13). Dentro do contexto da violência doméstica, o diálogo com a autora, nos leva ao entendimento de que o rompimento do ciclo de violência poderá acontecer a partir da própria mulher, desde que ela encontre em si o fortalecimento necessário para a sua reconstrução como sujeito, uma vez que a ideia de subserviência, muitas vezes ainda é naturalizada entre as próprias mulheres.

No diálogo com Djamila Ribeiro (2017) analisamos questões voltadas às especificidades femininas diferentes para diferentes grupos de mulheres, cujas especificidades, também se fazem presentes dentro das questões voltadas às violências praticadas contra as mesmas. Para Ribeiro (2017), “a insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto”. (RIBEIRO, 2017,p.39). Portanto, dentro do contexto da violência doméstica é necessário falar das especificidades voltadas às mulheres negras, pois estas vivenciam as violências sofridas a partir, também, do racismo estrutural criado desde a época da escravização das suas antepassadas. Durante décadas foi dado aos homens, principalmente brancos, o poder de torturar e dispor do corpo das mulheres negras relegando-as à denominação de seres inferiores, justificando as atrocidades cometidas contra elas como normais e necessárias para que as mesmas reconhecessem e permanecessem nesse lugar de inferioridade.

A perpetuação do machismo, não apenas estimula, mas “justifica”, a representação estereotipada das mulheres, ora como ‘sacos de pancadas’, ora como ‘possuidoras de uma sexualidade exagerada’, ora como ‘desprovidas de intelecto’,

acentuam nas mulheres de hoje as características impostas pela escravização no Brasil, e, muitas ainda são punidas não apenas por suas “supostas infrações”, mas também pelo que elas são, ou seja, mulheres. Assim, é sob essa perspectiva da “normalização do eu masculino”, disseminada pelo machismo, que para um agressor a violência contra a mulher, principalmente contra a mulher negra, se justifica.

Do diálogo com Saffioti (2004), retiramos questões auxiliares, para a ruptura do “consentimento social” que ainda alimenta a violência de gênero, e, conseqüentemente, a violência doméstica praticada contra a mulher. Segundo a autora:

No campo do gênero, os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a ordem patriarcal de gênero em uma ordem igualitária de gênero. Se a autonomia é privilégio de apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e, portanto, a desigualdade. A igualdade só pode ser obtida por meio da conquista da autonomia por parte das mulheres (SAFIOTTI, 2004, p.50).

O gênero feminino foi disseminado pelo patriarcado como o Outro (Beauvoir, 1970) que depende da aprovação masculina para existir. No pensamento machista ainda existe uma tentativa intencional e deliberativa de mostrar o corpo feminino como abjeto e coisificado, digno somente para uso de relações de imposição de poder, o que, em situações de misoginia, circunscreve a lógica da violência transformando o corpo da mulher num verdadeiro campo para a batalha, no qual ela permanece condenada a ser o “prêmio do vencedor”, que a seu prazer poderá humilhá-la, espancá-la, estuprá-la e/ou até mesmo matá-la, perpetuando-se para a

mulher atual, a naturalização da dominação do homem sobre ela num mundo que ainda não a enxerga totalmente como um sujeito.

Considerações finais

A partir do nosso diálogo teórico, verbalizamos sobre a construção da violência doméstica praticada contra a mulher e as dimensões que esta violência toma no que se refere a coisificação do corpo feminino, uma vez que a mesma, se configura na transformação de mulheres em “sacos de pancada”. Para falar dessas dimensões, analisamos a violência doméstica a partir do lugar de fala de uma mulher que “sentiu na pele” as atrocidades de tal violência e que resolveu buscar explicações dentro das teorias para entender a construção estereotipada do feminino. Com isso, descobriu a importância da verbalização teórica sobre esse tema, não somente para a valorização de um texto acadêmico ou para a legitimação de uma pesquisa, mas, principalmente, para uma “limpeza” das sujeiras invisíveis deixadas pela violência doméstica praticada contra ela.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: I fatos e mitos**. 4a ed. Trad. MILLIET, Sérgio. Cp. LEMOS, Fernando. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 6 – 23. 1970

BRASIL, **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. ISBN 978-85-67450-14-8.

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432. Acessado em: 28/10/19

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento. 2017.
SAFFIOTI, Heleieth I. B. “**Violência de gênero no Brasil atual**”, Estudos Feministas, vol. 2, 2004.